

A.I. Nº - 206920.0057/20-9
AUTUADO - HIPÓLITO CARDOSO FERREIRA
AUTUANTES - MARCO ANTÔNIO M. BRANDÃO e CHARLES BELINE CHAGAS OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ OESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07/12/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0187-01/21-VD

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. Aquisição interestadual de mercadoria destinada ao ativo imobilizado ou uso/consumo do estabelecimento. Excluída da infração 02 a exigência fiscal vinculada à nota fiscal que foi cancelada pelo emitente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/07/2020, formaliza a exigência de crédito tributário no valor de R\$50.344,21, em decorrência das seguintes infrações imputadas ao autuado:

Infração 01 (06.05.01) - falta de recolhimento do ICMS da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento, ocorrido nos meses de julho de 2017 e abril de 2018, sendo exigido ICMS no valor de R\$5.062,34, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96;

Infração 02 (06.05.02) - falta de recolhimento do ICMS da diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento, ocorrido no mês de outubro de 2018, sendo exigido ICMS no valor de R\$45.281,87, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O autuado, produtor rural, apresentou impugnação à fl. 09 contra a infração 02 do Auto de Infração. Anexou documento (fl. 14) para comprovar que a nota fiscal nº 72.072, emitida no dia 22/10/2018, foi cancelada pelo emitente e para requerer a exclusão da exigência fiscal vinculada a esta nota fiscal, no valor de R\$8.291,68.

O autuante Marco Antônio Machado Brandão apresentou informação fiscal às fls. 12 e 13. Reconheceu que a nota fiscal nº 72.072 foi cancelada pelo emitente e sugeriu a redução da infração 02 para R\$36.990,19.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente auto de infração possui duas infrações, que tratam da exigência de ICMS referente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, na aquisição de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação, destinadas ao ativo fixo e/ou consumo do próprio estabelecimento. Foram elaborados os demonstrativos com indicação da chave de acesso da nota fiscal do emitente, do valor do produto, da base de cálculo e da apuração do imposto devido.

O autuado apenas questionou a infração 02, para requerer a exclusão da nota fiscal nº 72.072, em razão de ter sido cancelada pelo emitente. O documento à fl. 14 comprova a alegação do autuado, cuja improcedência da exigência foi reconhecida pelo autuante.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do auto de infração, ficando reduzida a exigência fiscal para R\$42.052,53, em razão da redução da exigência da infração 02, para R\$36.990,19.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206920.0057/20-9**, lavrado contra **HIPÓLITO CARDOSO FERREIRA**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento de ICMS no valor de **R\$42.052,53**, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais previstos na Lei nº 3.956/81.

Suspensa a exigibilidade do crédito tributário, até a decisão final da lide pelo Poder Judiciário. Deverá o autuado ser cientificado desta Decisão, com posterior remessa dos autos à PGE/PROFIS para a adoção das medidas cabíveis.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 29 de outubro de 2021.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR